



## **Demonstrações Financeiras**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco  
Central do Brasil**

**Banco RCI Brasil S.A.**

**31 de dezembro de 2021**

## Índice das Demonstrações Financeiras

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações dos Resultados	10
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	13
Demonstrações do Valor Adicionado	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15
Relação dos Administradores	36
<b>Declarações:</b>	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

## Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

## Eventos Societários

Na reunião do Conselho da Administração realizada em 30 de novembro de 2021, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 68.700 milhões (sessenta e oito milhões e setecentos mil reais), correspondente a R\$161,78 por ação ordinária e R\$177,95 por ação preferencial, líquidos em reais por ação; R\$137,51 por ação ordinária e R\$151,26 por ação preferencial, brutos em reais por ação. será pago em até 60 (sessenta) dias contados desta data e imputados ao montante total de dividendos do exercício de 2021.

Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no exercício pela Companhia, no valor total de R\$ 59.000 (cinquenta e nove milhões de reais), os quais foram pagos em 16 de dezembro de 2021; e

Dividendos intermediários, à conta da Reserva para Capital de Giro da Companhia, no valor total de R\$ 72.300 (setenta e dois milhões e trezentos mil reais).

## Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.525 milhões em 31 de dezembro de 2021, apresentando evolução de 8% em relação a R\$1.405 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$157 milhões (31/12/2020 - R\$181 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$10.734 milhões (31/12/2020 – R\$11.392 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$9.124 milhões (31/12/2020 – R\$9.345 milhões).

Em 31 de dezembro de 2021, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.409 milhões (31/12/2020 – R\$4.501 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.102 milhões (31/12/2020 – R\$4.402 milhões).

## Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco RCI Brasil, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Banco RCI Brasil para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco RCI Brasil de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,5%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Banco RCI Brasil para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Banco RCI Brasil de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,70/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano; 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante ômicron (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

### **Auditoria Independente**

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes LTDA e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

### **Agradecimentos**

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022.

**O Conselho de Administração**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

#### **– Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A



determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico atual, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, impactadas também pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia do Covid-19, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

#### **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- analisamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3.j e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais .

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

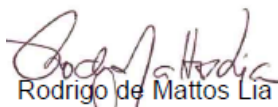
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC PR-007945/F-7

  
Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP-252418/O-3



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial**

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>5.062.046</b>	<b>5.507.911</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>5.050</b>	<b>38.033</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.030.977</b>	<b>5.315.564</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>4</b>	27.000	618.112
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	106.027	152.512
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	4.556.935	4.343.798
Outros Ativos Financeiros	<b>6</b>	341.015	201.142
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>95.383</b>	<b>188.476</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(114.291)</b>	<b>(106.080)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>41.751</b>	<b>68.723</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes</b>	<b>9.a</b>	<b>3.176</b>	<b>3.195</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>5.672.010</b>	<b>5.883.672</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.223.222</b>	<b>5.277.708</b>
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	676.979	651.484
Instrumentos Financeiros Derivativos		142.565	-
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	4.403.678	4.626.224
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>67.566</b>	<b>186.668</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(185.588)</b>	<b>(163.366)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>226.665</b>	<b>211.716</b>
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>9.b</b>	<b>333.210</b>	<b>367.132</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>2.815</b>	<b>3.560</b>
Imobilizado de Uso		5.575	6.440
Depreciações Acumuladas		(2.760)	(2.880)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>4.120</b>	<b>254</b>
Ativos Intangíveis		9.889	5.834
Amortizações Acumuladas		(5.769)	(5.580)
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.734.056</b>	<b>11.391.583</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas		
	Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.709.904</b>	<b>3.715.228</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>3.353.081</b>	<b>3.279.806</b>
Depósitos	13.a	1.640.417	1.552.447
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.636.541	1.561.842
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	70.145	165.499
Outros Passivos Financeiros		5.978	18
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>238.101</b>	<b>330.132</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>118.722</b>	<b>105.290</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>5.499.602</b>	<b>6.270.903</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.159.115</b>	<b>5.947.683</b>
Depósitos	13.a	1.768.157	2.948.514
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.376.442	2.840.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	14.516	159.087
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>197.002</b>	<b>211.211</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>143.485</b>	<b>112.009</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>1.524.550</b>	<b>1.405.452</b>
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		416.564	459.101
Ajustes de Avaliação Patrimonial		122.761	(38.874)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.524.550</b>	<b>1.405.452</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.734.056</b>	<b>11.391.583</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações dos Resultados**

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>784.118</b>	<b>1.525.771</b>	<b>747.113</b>	<b>1.553.024</b>
Operações de Crédito		561.891	1.105.835	549.994	1.147.216
Operações de Arrendamento Mercantil		178.510	357.342	175.132	355.632
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		35.478	51.708	20.176	41.676
Resultado das Aplicações Compulsórias		8.239	10.886	1.811	8.500
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(569.974)</b>	<b>(1.048.662)</b>	<b>(563.639)</b>	<b>(1.109.559)</b>
Operações de Captação no Mercado		(292.933)	(460.236)	(153.388)	(365.898)
Operações de Arrendamento Mercantil		(171.142)	(347.304)	(171.738)	(326.985)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(109.958)	(165.537)	(113.542)	(194.391)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		4.059	(75.585)	(124.971)	(222.285)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>214.144</b>	<b>477.109</b>	<b>183.474</b>	<b>443.465</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(135.772)</b>	<b>(254.166)</b>	<b>(106.060)</b>	<b>(208.294)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		5.157	10.826	5.747	11.741
Rendas de Tarifas Bancárias	18	24.391	55.205	35.414	64.548
Despesas de Pessoal		(21.019)	(43.765)	(23.009)	(45.764)
Outras Despesas Administrativas	19	(74.092)	(174.377)	(86.059)	(166.942)
Despesas Tributárias		(14.821)	(30.335)	(14.941)	(32.130)
Outras Receitas Operacionais	20	45.727	85.779	14.077	33.244
Outras Despesas Operacionais	21	(101.115)	(157.499)	(37.289)	(72.991)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>78.372</b>	<b>222.943</b>	<b>77.414</b>	<b>235.171</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	22	<b>1.668</b>	<b>13.246</b>	<b>20.605</b>	<b>33.994</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>80.040</b>	<b>236.189</b>	<b>98.019</b>	<b>269.165</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	9.d	<b>(10.924)</b>	<b>(75.151)</b>	<b>(15.691)</b>	<b>(85.080)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(47.110)	(93.760)	(33.069)	(72.030)
Provisão para Contribuição Social		(22.007)	(50.572)	(25.418)	(64.765)
Ativo Fiscal Diferido		58.193	69.181	42.796	51.715
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(1.861)</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(1.640)</b>	<b>(3.449)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>67.255</b>	<b>157.462</b>	<b>80.688</b>	<b>180.636</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>67.255</b>	<b>157.462</b>	<b>81.388</b>	<b>180.636</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas</b>	<b>67.594</b>	<b>161.636</b>	<b>48.784</b>	<b>18.264</b>
<b>Ativo Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>(12)</b>	<b>(17)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	25	31	(22)	(31)
Imposto de Renda	(12)	(15)	10	14
<b>Hedges de fluxo de caixa</b>	<b>67.581</b>	<b>161.620</b>	<b>48.796</b>	<b>18.281</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	127.358	308.185	93.046	38.521
Imposto de Renda	(59.777)	(146.565)	(44.250)	(20.240)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>134.849</b>	<b>319.098</b>	<b>130.172</b>	<b>198.900</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>985.225</b>	<b>62.046</b>	<b>324.711</b>	<b>(57.139)</b>	-	<b>1.314.843</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	18.264	-	<b>18.264</b>
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(48.560)	-	-	<b>(48.560)</b>
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	180.636	<b>180.636</b>
<b>Destinações:</b>						-
Reserva Legal	-	9.031	-	-	(9.031)	-
Dividendos	-	-	(55.000)	-	-	<b>(55.000)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(4.731)	-	-	<b>(4.731)</b>
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	171.605	-	(171.605)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>985.225</b>	<b>71.077</b>	<b>388.025</b>	<b>(38.875)</b>	-	<b>1.405.452</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>985.225</b>	<b>71.077</b>	<b>388.025</b>	<b>(38.875)</b>	-	<b>1.405.452</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	161.636	-	<b>161.636</b>
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(72.300)	-	-	<b>(72.300)</b>
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	157.462	<b>157.462</b>
<b>Destinações:</b>						-
Reserva Legal	-	7.873	-	-	(7.873)	-
Dividendos	-	-	(59.000)	-	-	<b>(59.000)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(68.700)	-	-	<b>(68.700)</b>
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	149.589	-	(149.589)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>985.225</b>	<b>78.950</b>	<b>337.614</b>	<b>122.761</b>	-	<b>1.524.550</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações de Fluxo de Caixa**

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Atividades Operacionais</b>					
<b>Lucro Líquido</b>		<b>67.255</b>	<b>157.462</b>	<b>80.688</b>	<b>180.636</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>59.627</b>	<b>112.925</b>	<b>52.176</b>	<b>149.559</b>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	110.440	165.537	113.542	194.391
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	(58.193)	(69.181)	(60.634)	(51.715)
Depreciações e Amortizações		353	698	432	913
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	11.088	21.564	399	11.190
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(3.051)	(4.256)	(955)	(3.697)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(1.010)	(1.437)	(608)	(1.523)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(430.292)</b>	<b>(1.194.218)</b>	<b>3.366</b>	<b>1.009.576</b>
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(64.887)	(199.864)	86.296	91.945
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(128.163)	86.500	19.420	866.583
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(117.333)	(139.873)	12.906	288.258
Redução (aumento) em Outros Créditos		75.862	164.915	124.398	98.405
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	-	(307)	10.012
Redução em Depósitos		(96.030)	(1.092.387)	(440.864)	(555.826)
Redução Aumento em Outras Obrigações		(69.504)	118.606	249.295	316.541
<b>Impostos Pagos</b>		<b>(30.237)</b>	<b>(132.115)</b>	<b>(47.778)</b>	<b>(106.342)</b>
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(303.410)</b>	<b>(923.831)</b>	<b>136.230</b>	<b>1.339.771</b>
<b>Atividades de Investimento</b>					
Ativo tangível		248	236	(198)	(1.856)
Ativo intangível		(4.043)	(4.055)	(6)	(6)
<b>Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(3.795)</b>	<b>(3.819)</b>	<b>(204)</b>	<b>(1.862)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>					
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		701.011	1.847.844	(154.952)	1.210.446
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(333.282)	(1.307.844)	(204.052)	(2.187.188)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(189.695)	(236.445)	-	(111.460)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento</b>		<b>178.034</b>	<b>303.555</b>	<b>(359.004)</b>	<b>(1.088.202)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(129.171)</b>	<b>(624.095)</b>	<b>(222.978)</b>	<b>249.707</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	4	<b>161.221</b>	<b>656.145</b>	<b>879.123</b>	<b>406.438</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	4	<b>32.050</b>	<b>32.050</b>	<b>656.145</b>	<b>656.145</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações do Valor Adicionado**

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020				
Receitas da Intermediação Financeira		863.763	1.525.771	622.141	1.330.738				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		29.548	66.032	41.162	76.290				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(109.958)	(165.537)	(113.542)	(194.391)				
Outras Receitas (Despesas)		(53.739)	(58.475)	(2.960)	(5.752)				
Despesas da Intermediação Financeira		(539.660)	(883.125)	(325.126)	(692.883)				
<b>Insumos de Terceiros</b>		<b>(73.203)</b>	<b>(172.493)</b>	<b>(85.122)</b>	<b>(165.076)</b>				
Serviços de Terceiros		(9.480)	(48.135)	(30.603)	(59.359)				
Outros		(63.723)	(124.358)	(54.519)	(105.717)				
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>116.751</b>	<b>312.173</b>	<b>136.553</b>	<b>348.926</b>				
		-	-	-	-				
<b>Retenções:</b>		-	-	-	-				
Depreciações e Amortizações		(352)	(698)	(431)	(912)				
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>116.399</b>	<b>311.475</b>	<b>136.122</b>	<b>348.014</b>				
		-	-	-	-				
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		-	-	-	-				
<b>Pessoal</b>		<b>19.832</b>	<b>17%</b>	<b>40.547</b>	<b>13%</b>	<b>21.274</b>	<b>16%</b>	<b>42.695</b>	<b>12%</b>
Remuneração		14.660		29.562		15.196		30.415	
Benefícios		3.086		6.620		3.171		6.712	
FGTS		1.414		2.706		1.721		3.017	
Outras		672		1.659		1.186		2.551	
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>28.795</b>	<b>25%</b>	<b>112.280</b>	<b>36%</b>	<b>33.623</b>	<b>25%</b>	<b>123.728</b>	<b>36%</b>
Federais		26.610		107.354		30.427		117.528	
Municipais		2.185		4.926		3.196		6.200	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		517	0%	1.186	0%	538	0%	955	0%
Remuneração de Capitais Próprios		67.255	58%	157.462	51%	80.687	59%	180.636	52%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		-		-		-		-	
Reinvestimentos de Lucros		(80.687)		(180.636)		(180.636)		(258.022)	
<b>Total</b>		<b>116.399</b>	<b>100%</b>	<b>311.475</b>	<b>100%</b>	<b>136.122</b>	<b>100%</b>	<b>348.014</b>	<b>100%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para pela Resolução, a qual determina a extinção dos documentos:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADO 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADO 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco RCI Brasil, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em vigor em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do Banco RCI Brasil para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de 2025. O Banco RCI Brasil iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022.

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir

##### a.1) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular Bacen nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

##### a.2) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

#### b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

#### c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### **d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### **e) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### **f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

#### **g) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

#### **h) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

#### **i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

#### **j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

## **k) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

### **k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

## **l) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

### **l.1) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

### **l.2) Intangível**

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

## **m) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

## **n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras.

#### **o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

#### **p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

#### **q) Juros sobre o Capital Próprio**

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

#### **r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

#### s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### t) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 31 dezembro 2021, no montante de R\$ 157.462 mil, (em 30 junho 2021, no montante de R\$ 90.207 mil e R\$ 180.836 em 31 de dezembro de 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Disponibilidade</b>	<b>5.050</b>	<b>38.033</b>	<b>9.383</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>27.000</b>	<b>618.112</b>	<b>397.055</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.000	618.112	397.055
<b>Total</b>	<b>32.050</b>	<b>656.145</b>	<b>406.438</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

##### a) Títulos e Valores Mobiliários

##### l) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>783.005</b>	<b>1</b>	<b>783.006</b>	<b>803.996</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>106.026</b>	<b>1</b>	<b>106.027</b>	<b>152.735</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	106.026	1	106.027	152.735
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>676.979</b>	<b>-</b>	<b>676.979</b>	<b>651.261</b>
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	676.979	-	676.979	651.261
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>783.005</b>	<b>1</b>	<b>783.006</b>	<b>803.996</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo</b>	<b>783.005</b>	<b>1</b>	<b>783.006</b>	<b>803.996</b>

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## II) Abertura por Vencimento

	31/12/2021		
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>106.027</b>	<b>676.979</b>	<b>783.006</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>106.027</b>	-	<b>106.027</b>
LFT	106.027	-	106.027
<b>Títulos Privados</b>	-	<b>676.979</b>	<b>676.979</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(1)</sup>	-	676.979	676.979
<b>Total</b>	<b>106.027</b>	<b>676.979</b>	<b>783.006</b>

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

### I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	-	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	57.905	-
<b>Total</b>	<b>57.905</b>	-
<b>Passivo</b>		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	-	324.586
<b>Total</b>	-	<b>324.586</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$75.585 (31/12/2020 - R\$222.285)."

### II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a dezembro de 2021 e os vencimentos são entre outubro de 2022 e novembro de 2025.

- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"</b>						
<b>Ativo</b>	<b>3.864.350</b>	<b>4.129.999</b>	<b>4.233.960</b>	<b>4.556.020</b>	<b>4.787.791</b>	<b>4.828.355</b>
Certificado de Depósitos				4.556.020	4.787.791	4.828.355
Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	3.864.350	4.129.999	4.233.960			
<b>Passivo</b>	<b>(3.864.350)</b>	<b>(4.265.887)</b>	<b>(4.176.055)</b>	<b>(4.556.020)</b>	<b>(4.997.985)</b>	<b>(5.152.940)</b>
Taxa de Juros Pré -				(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
Reais	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)			
<b>"Hedge" de Fluxo de Caixa</b>		<b>(135.888)</b>	<b>57.905</b>	<b>-</b>	<b>(210.194)</b>	<b>(324.586)</b>

Estratégias	31/12/2021			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)	(4.799.882)

Estratégias	31/12/2020			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)	(5.577.268)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$234.087 (31/12/2020 - R\$74.097) brutos e R\$122.762 (31/12/2020 - R\$38.874) líquido dos efeitos tributários.

### III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial			
	31/12/2021			31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"				-
Operações de Hedge	345.000	1.666.400	1.852.950	3.864.350
<b>Total</b>	<b>345.000</b>	<b>1.666.400</b>	<b>1.852.950</b>	<b>3.864.350</b>

### IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

### 6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$341.015 (31/12/2020-R\$201.142) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

### 7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2021, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(671)	(16.210)	(30.516)
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>(671)</b>	<b>(16.210)</b>	<b>(30.516)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

### 8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

#### a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	1.196.003	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.764.610	8.098.497
Operação de Arrendamento	162.949	375.144
<b>Total</b>	<b>9.123.562</b>	<b>9.345.166</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento**

<b>Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Vencidas	71.174	54.193
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.939.294	1.734.199
De 3 a 12 Meses	2.713.024	2.743.881
De 1 a 5 Anos	4.394.996	4.810.552
Acima de 5 Anos	5.074	2.341
<b>Total</b>	<b>9.123.562</b>	<b>9.345.166</b>

**b) Carteira de Créditos**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	1.196.003	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.764.610	8.098.497
<b>Total</b>	<b>8.960.613</b>	<b>8.970.022</b>

<b>Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Vencidas	68.047	48.513
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.910.283	1.679.172
De 3 a 12 Meses	2.646.652	2.616.113
De 1 a 5 Anos	4.330.557	4.623.883
Acima de 5 Anos	5.074	2.341
<b>Total</b>	<b>8.960.613</b>	<b>8.970.022</b>

**c) Carteira de Arrendamento**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	188.332	455.792
Arrendamentos a Receber	59.019	141.076
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	129.313	314.716
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(55.959)	(134.795)
Valores Residuais a Balancear	(129.313)	(314.716)
Depreciações Acumuladas	(390.685)	-
Superveniências de Depreciações	397.646	-
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	1.307	-
Outros Valores e Bens	258	475
Imobilizado de Arrendamento	564.801	1.072.059
Credores por Antecipação de Valor Residual	(413.438)	(703.671)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>162.949</b>	<b>375.144</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

**Carteira de Arrendamento por Vencimento**

<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Vencidas	3.127	5.680
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	29.011	55.027
De 3 a 12 Meses	66.372	127.768
De 1 a 5 Anos	64.439	186.669
<b>Total</b>	<b>162.949</b>	<b>375.144</b>

**d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades**

<b>Setor Privado</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Indústria	62.855	42.266
Comércio	1.411.468	1.045.655
Instituições Financeiras	671	379
Serviços e Outros	438.937	291.374
Pessoas Físicas	7.207.642	7.964.455
Agricultura	1.987	1.037
<b>Total</b>	<b>9.123.560</b>	<b>9.345.166</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)**

							31/12/2021
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	-	475.665	-	475.665	-	-	-
A	0,5%	5.823.139	-	5.823.139	29.115	-	29.115
B	1%	1.842.079	178.298	2.020.377	20.204	-	20.204
C	3%	256.750	141.614	398.364	11.951	-	11.951
D	10%	61.365	74.265	135.630	13.563	-	13.563
E	30%	16.694	33.363	50.057	15.017	662	15.679
F	50%	5.560	30.850	36.410	18.205	7.264	25.469
G	70%	9.723	30.591	40.314	28.220	12.074	40.294
H	100%	14.726	128.880	143.606	143.604	-	143.604
<b>Total</b>		<b>8.505.701</b>	<b>617.861</b>	<b>9.123.562</b>	<b>279.879</b>	<b>20.000</b>	<b>299.879</b>

							31/12/2020
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	-	364.216	-	364.216	-	-	-
A	0,5%	7.498.616	-	7.498.616	37.493	-	37.493
B	1%	762.515	139.802	902.317	9.023	-	9.023
C	3%	149.158	116.904	266.062	7.982	13.631	21.613
D	10%	49.007	55.762	104.769	10.477	20.901	31.378
E	30%	11.874	44.368	56.242	16.873	11.220	28.093
F	50%	14.653	22.240	36.893	18.447	7.360	25.807
G	70%	3.238	19.759	22.997	16.097	6.888	22.985
H	100%	15.021	78.033	93.054	93.054	-	93.054
<b>Total</b>		<b>8.868.298</b>	<b>476.868</b>	<b>9.345.166</b>	<b>209.446</b>	<b>60.000</b>	<b>269.446</b>

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

**f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>269.446</b>	<b>181.679</b>
Constituição (Reversão)	165.537	194.391
Baixas	(135.104)	(166.624)
<b>Saldo Final</b>	<b>299.879</b>	<b>269.446</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>23.798</b>	<b>17.531</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as renegociações atingiram o montante de R\$427.176 (31/12/2020 R\$492.978).

**9. Ativos e Passivos Fiscais****a) Ativos Fiscais Correntes**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

**b) Ativos Fiscais Diferidos****b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos**

	Origens		Saldos em		Saldos em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição Realização	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	522.908	473.830	213.224	99.072 (76.987)	235.309
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	6.641	7.782	3.502	3.504 (4.018)	2.988
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	110.450	100.485	44.727	4.794 (310)	49.211

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas		Declaração dos Diretores		
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>							
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas		13.047	14.456	6.505	821	(1.455)	5.871
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS		4.005	110.608	49.774	-	(47.971)	1.803
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins		4.201	116.002	5.394	-	(5.199)	195
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal		5.671	5.065	2.279	1.609	(1.336)	2.552
Outras Provisões Temporárias		78.402	69.021	31.059	4.222	-	35.281
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>		<b>745.325</b>	<b>897.249</b>	<b>356.464</b>	<b>114.022</b>	<b>(137.276)</b>	<b>333.210</b>
<b>Prejuízos Fiscais</b>		-	<b>42.673</b>	<b>10.668</b>	-	(10.668)	-
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos</b>		<b>745.325</b>	<b>939.922</b>	<b>367.132</b>	<b>114.022</b>	<b>(147.944)</b>	<b>333.210</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

### b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

31/12/2021						
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais		
2022	56.304	45.043	65	-		101.412
2023	56.414	44.640	65	-		101.119
2024	46.208	36.967	65	-		83.240
2025	18.820	15.056	-	-		33.877
2026	2.176	1.741	-	-		3.917
2027 a 2031	5.359	4.286	-	-		9.645
<b>Total</b>	<b>185.281</b>	<b>147.733</b>	<b>195</b>	-		<b>333.210</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$315.716 (31/12/2020 - R\$351.012), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Pagar	7.307	15.156
Passivos Fiscais Diferidos	193.574	150.097
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	61.327	52.046
<b>Total</b>	<b>262.208</b>	<b>217.299</b>

### c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Realização	Saldos em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição		
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	188.788	1.507	679	84.276	-	84.955
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	197.995	1.581	74	9.134	-	9.208

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Superveniência de Arrendamento Mercantil	397.646	597.379	149.344	-	(49.933)	99.411
<b>Total</b>	<b>784.429</b>	<b>600.467</b>	<b>150.097</b>	<b>93.410</b>	<b>(49.933)</b>	<b>193.574</b>

## c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2022	35.615	12.586	3.069	51.270
2023	35.615	12.586	3.069	51.270
2024	35.615	12.586	3.069	51.270
2025	19.882	-	-	19.882
2026	19.882	-	-	19.882
<b>Total</b>	<b>146.609</b>	<b>37.758</b>	<b>9.207</b>	<b>193.574</b>

## d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>80.039</b>	<b>236.188</b>	<b>98.020</b>	<b>269.165</b>
Participações no Lucro	(1.861)	(3.576)	(1.639)	(3.448)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>78.178</b>	<b>232.612</b>	<b>96.381</b>	<b>265.717</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 25%, Respectivamente</b>	<b>(46.811)</b>	<b>(116.306)</b>	<b>(43.370)</b>	<b>(119.571)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	34.467	35.071	25.219	25.762
Demais Ajustes CSLL 5%	2.950	7.723	-	5.977
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	(3.953)	(3.953)	-	-
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	2.379	2.314	2.459	2.752
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(10.924)</b>	<b>(75.151)</b>	<b>15.692</b>	<b>85.080</b>

10. Outros Ativos	31/12/2021	31/12/2020
<b>Devedores por Depósitos em Garantia</b>		
Para Interposição de Recursos Fiscais	183.806	180.480
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.579	3.781
Para Interposição de Recursos Cíveis	22.756	26.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	17.718	27.969
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	39.865	39.018
Outros	692	2.550
<b>Total</b>	<b>268.416</b>	<b>280.439</b>

## 11. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
			Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.498	(1.106)	1.392	1.567
Sistemas de Segurança e Comunicações	141	(113)	28	31
Sistemas de Processamento de Dados	827	(808)	19	298
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.905	(733)	1.172	1.664
Imobilizações em Curso	204	-	204	-
<b>Total</b>	<b>5.575</b>	<b>(2.760)</b>	<b>2.815</b>	<b>3.560</b>

## 12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.889 (31/12/2020- R\$5.834) como custo de aquisição e R\$5.769 (31/12/2020 - R\$5.580) de amortização acumulada.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### 13. Captação de Recursos

#### a) Depósitos

					31/12/2021	31/12/2020
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	315.495	1.155.211	1.601.416	3.072.122	4.355.893
Depósitos a Prazo <sup>(2)</sup>	-	150.963	7.448	166.741	325.152	136.641
Outros Depósitos <sup>(3)</sup>	11.300	-	-	-	11.300	8.427
<b>Total</b>	<b>11.300</b>	<b>466.458</b>	<b>1.162.659</b>	<b>1.768.157</b>	<b>3.408.574</b>	<b>4.500.961</b>

(1) Inclui o valor de R\$1.253.259 (31/12/2020 - R\$1.969.612) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 30 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 13 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021 e prazo de vencimento entre 2022 e 2024 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

#### b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais <sup>(1)(3)</sup>	58.889	276.261	1.026.293	1.361.443	1.074.301
Letras Financeiras <sup>(2)(4)</sup>	211.427	1.089.964	2.350.149	3.651.540	3.327.623
<b>Total</b>	<b>270.316</b>	<b>1.366.225</b>	<b>3.376.442</b>	<b>5.012.983</b>	<b>4.401.924</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 14 de janeiro de 2019 e 30 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 23 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o valor de R\$131.609 (31/12/2020 - R\$414.187) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o valor de R\$3.415.015 (31/12/2020 - R\$3.160.851) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

### 14. Outros Passivos

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>2.165</b>	<b>53.622</b>
<b>Diversas</b>	<b>432.938</b>	<b>487.721</b>
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	172.677	166.943
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	160.206	201.972
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	6.390	12.608
Provisões com Despesas de Comissões	18.746	11.212
Provisões com Despesas Profit Share	7.943	13.084
Provisões com Campanhas de Publicidade	9.649	29.909
Outras	57.327	51.993
<b>Total</b>	<b>435.103</b>	<b>541.343</b>

### 15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

#### a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	153.037	144.705
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	19.640	22.238
Ações Trabalhistas	12.999	14.456

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ações Cíveis	6.641	7.782
<b>Total</b>	<b>172.677</b>	<b>166.943</b>

### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2021			01/01 a 31/12/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>144.705</b>	<b>14.456</b>	<b>7.782</b>	<b>137.391</b>	<b>13.138</b>	<b>15.837</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias <sup>(1)</sup>	10.562	(635)	11.637	9.220	1.622	348
Pagamentos	(2.230)	(822)	(12.778)	(1.906)	(304)	(8.403)
<b>Saldo Final</b>	<b>153.037</b>	<b>12.999</b>	<b>6.641</b>	<b>144.705</b>	<b>14.456</b>	<b>7.782</b>
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos <sup>(2)</sup>	183.806	3.688	22.756	180.654	3.738	26.641

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

### d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e COFINS** - R\$14.529 (31/12/2020 - R\$14.252): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$117.018 (31/12/2020 - R\$114.449): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

### f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$56.070 para ações cíveis, R\$2.727 para ações trabalhistas e R\$222.288 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2020 - R\$45.011, R\$1.619 e R\$209.846, respectivamente).

**PIS/COFINS – Auto de Infração** - R\$112.678 (31/12/2020 - R\$116.666): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2021			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Reais por Ação	
				Bruto	Líquido	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1)</sup>	68.700	(10.305)	58.395	161,78	177,95	137,51	151,26
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)</sup>	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos <sup>(1)</sup>	59.000	-	59.000	-	-	-	-
Dividendos <sup>(3)</sup>	72.300	-	72.300	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>255.000</b>	<b>(18.555)</b>	<b>236.445</b>	-	-	-	-

(1) Deliberado na reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2021 e pagamento foi realizado em 16 de dezembro de 2021.

(2) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(3) Dividendos intermediários, à conta da Reserva para Capital de Giro da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2020			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Reais por Ação	
				Bruto	Líquido	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos <sup>(1)(2)</sup>	48.561	-	48.561	80,78	80,56	80,78	80,56
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(3)</sup>	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos <sup>(4)</sup>	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
<b>Total</b>	<b>108.292</b>	<b>(8.250)</b>	<b>100.042</b>	-	-	-	-

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2020 e pagamento efetuado em 26 de maio de 2020.

(2) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

(3) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(4) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado

### c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### 17. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2021 foi fixado o valor máximo de R\$4.853 (2020 - R\$4.335). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

##### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

##### a.2) Benefícios de Curto Prazo

<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</b>	<b>01/01 a 31/12/2021</b>	<b>01/01 a 31/12/2020</b>
Remuneração Fixa	1.236	1.394
Remuneração Variável	96	181
Outras	716	951
<b>Total</b>	<b>2.048</b>	<b>2.526</b>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$632 (31/12/2020 - R\$1.197).

#### b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

#### c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

#### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>4.934</b>	<b>38.033</b>	-	-
Banco Santander(3)	4.934	38.033	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>27.000</b>	<b>188.013</b>	<b>6.281</b>	<b>6.226</b>
Banco Santander(3)	27.000	188.013	6.281	6.226
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>676.979</b>	<b>651.261</b>	<b>27.250</b>	<b>21.801</b>
FIDC Venda de Veículos(9)	676.979	651.261	27.248	21.639
FIDC RCI Brasil(9)	-	-	2	162
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8.630</b>	<b>3.509</b>	<b>44.390</b>	<b>32.167</b>
Renault do Brasil S.A.(4)	2.820	1.502	14.905	16.107
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	683	337	4.981	3.070
Nissan do Brasil S.A.(4)	5.127	1.670	24.504	12.990
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)</b>	<b>17.718</b>	<b>28.408</b>	<b>143.107</b>	<b>186.265</b>
Renault do Brasil S.A.(4)	15.946	24.378	124.112	149.327
Nissan do Brasil S.A.(4)	1.660	3.952	18.156	35.493
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	217	176
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	112	78	622	1.269
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(2.761.443)</b>	<b>(3.565.452)</b>	<b>(206.608)</b>	<b>(185.646)</b>
Banco Santander(3)	(2.761.443)	(3.565.452)	(206.608)	(185.646)
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>(468.187)</b>	<b>(296.314)</b>	<b>(19.396)</b>	<b>(8.602)</b>
Renault do Brasil S.A.(4)	-	-	-	(538)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	(206.485)	(75.560)	(6.536)	(2.140)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	(142.377)	(174.201)	(7.220)	(4.326)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	(15.647)	(13.935)	(623)	(250)
FIDC Venda de Veículos (9)	(103.678)	(32.618)	(5.017)	(1.348)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>-</b>	<b>(51.481)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
RCI Banque (3)	-	(30.945)	-	-
Banco Santander (3)	-	(20.536)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(10.615)</b>	<b>(10.388)</b>	<b>(64.777)</b>	<b>(63.152)</b>
Banco Santander(3)	-	-	(12.168)	(11.052)
RCI Banque(1)(3)	(1.535)	(3.136)	(8.190)	(1.985)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(1.060)	(2.216)	(12.701)	(15.392)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(8.020)	(5.036)	(31.717)	(34.723)
<b>Outras Obrigações – Diversas</b>	<b>(45)</b>	<b>(32)</b>	<b>(2.606)</b>	<b>(3.214)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(2.048)	(2.526)
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	(41)	(227)
Renault do Brasil S.A.(4)	(27)	(17)	(293)	(201)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(18)	(15)	(224)	(258)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil(2)(9)	-	-	-	(2)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 16.b).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**18. Rendas de Tarifas Bancárias**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	22.010	49.982	30.559	56.492
Outras	2.380	5.222	4.855	8.056
<b>Total</b>	<b>24.390</b>	<b>55.204</b>	<b>35.414</b>	<b>64.548</b>

**19. Outras Despesas Administrativas**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Serviços do Sistema Financeiro	9.364	19.461	10.379	18.978
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	6.374	40.745	30.620	59.376
Propaganda e Publicidade	26.150	49.298	18.698	38.795
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	6.252	12.701	7.844	15.392
Convênio Operacional RCI Banque	2.109	8.190	1.020	1.985
Serviços de Processamento de Dados	18.876	33.285	13.463	22.392
Transportes e Viagens	337	530	209	1.238
Outras	4.630	10.167	3.826	8.786
<b>Total</b>	<b>74.092</b>	<b>174.377</b>	<b>86.059</b>	<b>166.942</b>

**20. Outras Receitas Operacionais**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Reversão de Provisões Operacionais - Cíveis	18.830	18.830	(3.186)	2
Atualização de Depósitos Judiciais	3.051	4.256	1.041	3.783
Atualização de Impostos a Compensar	1.010	1.437	608	1.523
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	9.584	10.155	513	1.391
Recuperação de Encargos e Despesas(1)	25.731	50.369	13.325	24.731
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	(3.056)	-	1.751	1.751
Outras	373	732	25	63
<b>Total</b>	<b>55.523</b>	<b>85.779</b>	<b>14.077</b>	<b>33.244</b>

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

**21. Outras Despesas Operacionais**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	40.087	65.159	26.513	50.326
<b>Provisões Operacionais</b>				
Cíveis (Nota 15.c)	15.235	20.902	6.918	6.918
Fiscais (Nota 15.c)	1.685	6.862	(3.458)	348
Trabalhista (Nota 15.c)	1.035	2.597	817	1.622
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	46.503	52.878	3.110	7.133
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	946	2.034	661	1.675
Atualização Monetária Contingência Fiscal	2.762	3.943	1.087	2.980
Outras	2.657	3.123	1.641	1.989
<b>Total</b>	<b>110.910</b>	<b>157.498</b>	<b>37.289</b>	<b>72.991</b>

**22. Resultado Não Operacional**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Resultado com Bens não de Uso Próprio	2.224	13.972	21.484	35.372
Perdas de Capital	(555)	(725)	(879)	(1.378)
<b>Total</b>	<b>1.669</b>	<b>13.247</b>	<b>20.605</b>	<b>33.994</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### 23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

#### d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

\*\*\*\*\*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Presidente**

François Guionnet

### **Suplente do Presidente do Conselho**

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

### **Conselheiros Efetivos**

Angel Santodomingo Martell  
Andre de Carvalho Novaes  
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee  
Denis Ferro Junior  
João Miguel dos Santos Leandro

### **Conselheiros Suplentes**

Marcio Giovannini  
Enrico Rossini  
Fabien Jean Michel Tournier  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

## CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

*\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

### **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### **Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretores Presidentes e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022.